

Deputados não sabem se trocam a Constituinte por candidatura

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — Principal acusador dos *fujões* — como são chamados os constituintes ausentes —, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) não sabe mais se sai candidato a prefeito de Juiz de Fora ou fica na Constituinte até o fim. Principal candidato do PFL à prefeitura de Anápolis, o deputado Pedro Canedo (PFL-GO) está disposto a desistir da disputa se a Constituinte não terminar seus trabalhos até 15 de agosto.

Com bases eleitorais em 35 municípios no interior da Bahia, o deputado Benito Gama (PFL-BA) só espera que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, convoque sessões noturnas e nos fins de semana para que a Constituição saia logo e os parlamentares fiquem liberados para a campanha municipal. Preocupados com as urnas, os deputados Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) garantem: daqui para a frente, só haverá sessões às terças, quartas e quintas-feiras. Nos demais dias da semana, os constituintes estarão em suas bases acertando a composição das chapas para prefeitos e vereadores.

É nesse clima de desorientação e insegurança que os constituintes estão chegando ao fim da votação do projeto de Constituição em primeiro turno e agora começam a se preocupar em saber como dividir seu tempo entre o segundo turno e uma campanha municipal já em andamento.

Ambigüidade — Otimista, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) prevê uma campanha curta e concentrada, que começaria logo em setembro, imediatamente após a promulgação da nova Constituição. Com ele não concorda o vice-líder do PMDB, deputado Antônio Britto, que já esqueceu suas pretensões de disputar a prefeitura de Porto Alegre. Segundo Britto, se a nova Carta não ficar pronta até o início de setembro, isso só será possível após as eleições. "E vai ser uma desmoralização", acrescenta.

Pragmático, o deputado Basílio Villani (PTB-PR) já comunicou a seus companheiros de *Centrão*: encerrado o primeiro turno da Constituinte, só irá a Brasília para as votações mais importantes. Além de acompanhar as eleições em suas bases, Villani tem outra tarefa: consolidar o PTB paranaense.

Coordenador nacional da campanha municipal do PT, o deputado Paulo Delgado confessa que reza para que o partido desista de lançá-lo candidato a prefeito de Juiz de Fora. "Não vou ter tempo para nada. E, além do mais, não abro mão de ser um dos signatários da nova Constituição". Delgado pensou em se licenciar do mandato por um ou dois meses. Acabou desistindo quando soube que, nesse caso, não assumiria o primeiro suplente. Pela atual Constituição, os suplentes só assumem se a licença do titular

S. Paulo — Rogério Montenegro

do mandato for de, pelo menos, quatro meses.

Por enquanto, Bevilacqua está limitando sua campanha em São José dos Campos aos sábados e domingos. "Depois da convenção, só vou poder ir a Brasília de terça a quinta-feira", diz. "Mas não haverá problemas de quórum por minha ausência. Fui um dos mais assíduos até agora", completa.

Complicadores — "Candidatíssimo" à prefeitura do Rio, o deputado Márcio Braga (PMDB) jura que a campanha só começará quando a Constituinte encerrar os trabalhos. Seu adversário dentro do partido, Artur da Távola, reconhece que está confuso. Foi o coordenador do capítulo da Ordem Social e não pretende abrir mão do direito de assinar a nova Carta. No entanto, otimista, admite que "a classe política sempre cria condições para cumprir rituais como a Constituinte e eleições municipais".

Como Márcio Braga, ele admite que, no segundo turno, a Constituinte funcione de terça a quinta-feira em regime concentrado. Távola só teme uma coisa: a eventual modificação do regimento interno para que, no segundo turno, possam ser apresentadas, além das emendas supressivas, também emendas que introduzam modificações. "Aí, as coisas vão se complicar", prevê.

Se Rose de Freitas (PMDB-ES) condiciona sua candidatura à prefeitura de Vitória à conclusão da nova Carta em "tempo hábil", Antônio Britto acha que não há como conciliar as duas coisas. "A

partir de agora — explica — teremos um quórum médio de 340 constituintes em plenário. Basta que 20 fiquem contra alguma coisa e dificilmente teremos os 280 votos necessários para aprovar uma emenda".

Preocupados com esse impasse, os deputados Benito Gama e Inocêncio de Oliveira esperam que Ulysses intensifique agora o ritmo de sessões. Inocêncio marca data: depois de 15 de agosto, não poderá abandonar mais suas bases. Com ele concorda Benito: "Como eu vou poder montar chapas em 34 municípios em Brasília se não estiver presente?"

Pedro Canedo já decidiu: se a Constituinte não estiver pronta até agosto, desiste de disputar a prefeitura de Anápolis. "Não posso permanecer em Brasília enquanto meus correligionários recebem pauladas do governador e do PMDB". E Anápolis fica apenas a duas horas de carro de Brasília.

Principal negociador do *Centrão*, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) jura que não arredará o pé de Brasília. "Nem tomo conhecimento dessas eleições municipais. Fico aqui até a votação das leis complementares." Sua posição é oposta à de Lula, candidato já lançado à presidência da República pelo PT. O deputado Luiz Inácio Lula da Silva vai se licenciar do mandato por quatro meses, abrindo a vaga para o suplente, advogado Luís Eduardo Greenhalgh. "Vou ter que percorrer todo o país", justificou Lula. "Final, a campanha municipal deste ano é a abertura da sucessão presidencial de 1989".

Luiz Antônio Ribeiro — 1/10/87



Benito Gama quer votação à noite e nos fins de semana



Vilani: não vai



Inocêncio: pressa



Delgado: e agora?

Sarney tenta fazer acordo para anistia

BRASÍLIA — Evitar que a possível concessão da anistia aos micros e pequenos empresários e produtores rurais, proposta pela Constituinte, provoque um rombo irremediável nas contas do governo, como alerta o Ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega.

Com esse objetivo, o presidente José Sarney se reúne hoje de manhã com os líderes do governo no Congresso Nacional, para avaliar uma proposta alternativa à anistia ampla a quem se endividou durante o Plano Cruzado, que de acordo com avaliação do Ministério da Fazenda, poderia provocar um rombo de 10 bilhões de dólares nos cofres públicos, inviabilizando o cumprimento da meta de obtenção de um déficit público de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

A alternativa, apresentada ao Congresso pelo deputado Gilson Machado (PFL-PE) e consolidada no final de semana pelo deputado José Lins (PFL-CE), estabelece benefícios diferenciados para micros, pequenas e médias empresas urbanas e rurais.

Para as micros (com faturamento anual de até 10 mil OTNs) e as pequenas (que faturam até 25 mil OTNs), além das pequenas empresas industriais (com rendimentos de até 50 mil OTNs), a proposta admite o calote integral da correção monetária, enquanto para as médias da área rural (com receita bruta de até 25 mil

OTNs), seria concedida anistia de metade dos débitos.

Simpatia — Dentro do próprio governo, há convicção de que essa proposta não traz benefício algum de anistia, porque só atende a quem não iria pagar de maneira alguma suas dívidas. Apesar disso, lideranças do PMDB e autores da emenda pró-calote, como o Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), não aceitam qualquer negociação em torno da questão, antes de sua apreciação pelo plenário da Constituinte.

A pressão do governo para que a anistia não seja aprovada pelos parlamentares já conta com a simpatia de representantes da esquerda. Até o PCB, através de uma outra sugestão, só admite o perdão aos empresários e produtores que, na ocasião do Plano Cruzado, só tinham uma única empresa, e prevê rigorosos critérios e restrições à concessão da anistia.

Na pauta da reunião, no Palácio do Planalto, também está a questão da alteração do orçamento geral da União através de decreto-lei, que também já vem provocando reações de diversos segmentos políticos e que necessitará da defesa dos líderes do governo no Congresso e na Constituinte. Também deverá ser discutida a posição do Palácio do Planalto em relação à sanção, ou veto, — como quer o PFL — da lei que estabelece dois turnos para as eleições municipais este ano, em municípios com mais de 200 mil eleitores.



□ Há 7 anos, quando mudou para Embu — município dormitório de São Paulo com 25 mil famílias faveladas e que em 10 anos cresceu de 18 mil para 220 mil habitantes — a educadora artística Brígida Sacramento (foto) sonhava em desenvolver um projeto que levasse o teatro para a periferia da cidade. Um ano depois, mesmo sem realizar seu sonho, ela se elegeu vereadora pelo PMDB, com 656 votos. Agora, aos 39 anos, Brígida é um dos cinco candidatos a prefeito pelo Partido Verde em São Paulo. O PV, que concorrerá a prefeito também em Cerqueira César, Cosmópolis, São Bernardo do Campo e Mairiporan, decidiu ir às urnas em 200 municípios paulistas, para tentar eleger 150 vereadores. Brígida tem plataforma de candidata: surprender o déficit de escolas de Embu ("Temos 44, mas precisamos do dobro"), construir um hospital público e melhorar o meio-ambiente de uma cidade que está sem esgotos e tem depósito de lixo a céu aberto